

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Decorreu em finais de Março a XXII Semana das Pescas. O evento afirmou-se e firmou-se ao longo dos seus 24 anos de realização, como uma iniciativa de carácter científico e técnico internacionalmente reconhecida.

É bom para o sector e prestigiante para a Região.

Foi mais um fórum em que se abordaram e discutiram temas de indissociável interesse à preparação, informação e formação dos diferentes agentes da pesca.

A possibilidade de debate de assuntos tão diversos como a gestão de stocks, das espécies em risco e do esforço de pesca (assunto que mereceu particular ênfase, quer de cientistas quer de profissionais da pesca, e que nos deve manter atentos com vista ao estudo e implementação de medidas), passando pela fiscalização, áreas de exercício de pesca, artes usadas, aspectos ambientais, comercialização do pescado, formação profissional, apoios comunitários, seguros e segurança, segurança social e, inevitavelmente, a nossa ZEE, permitiram a todos aqueles que

quiseram aproveitar, colher ensinamentos, participar na troca de experiências e valorizar-se profissionalmente.

Desde a XX Semana das Pescas que se passaram a realizar painéis de discussão de natureza técnica na Sala principal, o que permite uma mais ampla e abrangente abordagem e discussão de temas sobre os quais os homens do mar manifestam maiores preocupações. Esta circunstância, para além de efectivamente contribuir para uma discussão melhor e mais técnica, foi/é uma forma de aproximar pescadores e cientistas, de modo a que entre uns e outros haja a tal proximidade que a ambos influencie positivamente. Aos pescadores para que melhor percebam a importância da actividade científica e aos cientistas para que, cada vez mais, melhor percebam e adequem as suas investigações às necessidades de respostas que os pescadores têm.

Vamos efectuar uma abordagem a assuntos que nos mereceram particular atenção e que entendemos ser oportuno trazer ao conhecimento desta assembleia.

No tocante à dependência sócio-económica global , foi referido que cerca de 11.000 pessoas, a que corresponde 11,7% da população activa, vivem da pesca, independentemente do grau de afectação à actividade.

Em 2001 a pesca apresentava 4.195 matriculados, dos quais 1.656 em equivalência a tempo completo, estimando em cerca de 820, de facto, exclusivamente em actividade na pesca e cerca de 3.465 numa situação que se poderá definir como de part-time, sendo que 1.400 indivíduos declararam a pesca como actividade principal.

Ainda relativamente a 2001, a frota activa era de 625 embarcações, globalmente consideradas. Destas 209 com actividade superior a 80%, 189 entre os 40 e os 80% e 227 com actividade inferior a 40%.

Estima-se que em 2003 desenvolveram actividade no âmbito da pesca desportiva cerca de 4.000 indivíduos, 1.100 terão exercido caça e 420 a apanha. Este conjunto de actividades da pesca concorre paralelamente com a pesca profissional, pelo que, na sua força, é pesca não declarada, não sendo ainda possível de a avaliar em termos quantitativos e por espécies.

Concluiu-se, no que concerne a esta temática, que a pesca é, para muitas famílias, uma fonte de rendimento essencial, quer como actividade principal quer como complemento de suporte económico para trabalhadores de outras áreas e para reformados.

Porém, outro dos motivos de interesse para reflexão, questionava se existe um real aproveitamento do potencial da pesca, ou seja, actualmente os Açores são predominantemente um mercado de primeira venda, verificando-se que o pescado com origem na Região é substancialmente valorizado nos segundos mercados de venda, já no exterior, seja no Continente, em Espanha ou noutros mercados de destino.

Apontam-se como saídas a criação de sistemas de informação para conhecimento do nosso mercado e de acesso à compra de pescado a partir do exterior. Sabemos em concreto que a Lotaçor está já há algum tempo a envidar esforços, a efectuar contactos e a visitar lotas nacionais e estrangeiras com esse objectivo.

A quantidade e valor do pescado de primeira venda em lota, apresenta uma evolução positiva consolidada de 2001 em diante mas com números que não se podem considerar expressivos, embora demostrem melhores resultados médios de exploração.

Confirma-se, de acordo com o que já antes foi dito, que não há uma evidente melhoria dos preços da primeira venda em lota. Este é um dos lados do problema da valorização da pesca de *origem Açores* que precisam ser tratados com empenho e celeridade por todas as partes envolvidas.



Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

A indústria conserveira tem uma associação que representa as 4 empresas existentes na Região. Em 2003 obtiveram receitas de 44,9 milhões de euros empregando 1.048 trabalhadores com predominância do sexo feminino. A massa salarial foi da ordem dos 8,4 milhões de euros. A facturação é quase na totalidade resultado das exportações (43,2 milhões de euros), tendo como principais clientes o Continente , os EUA e a Itália.

Em 2003 foram laboradas 19.000 toneladas de atum, tendo atingido as 4.000 toneladas os tunídeos capturados na Região. Os empresários manifestam preocupação pela quebra das capturas nos mares dos Açores, como de igual modo se manifestaram madeirenses e canarinhos sobre as suas realidades quanto a este sector específico.

Como consequência, verifica-se uma enorme discrepância entre a procura e a oferta de matéria prima para laboração.

Um outra preocupação prende-se com o preço da matéria prima e liga-se directamente à capacidade negocial, por dificuldades de natureza financeira para poder realizar bons negócios, particularmente em momentos favoráveis de oportunidades de



mercado. Como forma de ultrapassar tal obstáculo, o governo regional assumiu-se como parceiro das conserveiras.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

No âmbito da fiscalização da ZEE as preocupações salientadas e a referência a diversas vertentes da intervenção em matéria de fiscalização por parte das autoridades militares mereceu particular atenção.

Foi claramente dito que os Açores só por si, justificam a existência de meios navais com capacidades oceânicas, em número e em quantidade, para se poder cumprir a contento, a missão de fiscalização da ZEE- Açores.

São escassos e antigos os meios disponíveis e poucos os recursos financeiros de que a Marinha dispõe na Região. Regista-se a inexistência, desde 2001, de fiscalização conjunta Marinha/Força Aérea e decréscimo nas horas de navegação e fiscalização.

Considera-se como fundamental a atribuição permanente de duas unidades navais, bem como dotar as capitánias com mais e melhores meios navais e a reactivação das missões de fiscalização

conjuntamente com a Força Aérea e em colaboração com a Inspeção Regional das Pescas.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Correndo o risco de ser repetitivo, mas porque nunca é demais de voltar a referenciar ideias e preocupações já anteriormente esplanadas, não posso deixar de fazer menção a pertinentes questões colocadas por cientistas do Departamento de Oceanografia e Pescas e estrangeiros, sobre os diferentes riscos que implica a invasão da nossa ZEE, por embarcações de pesca exteriores à Região.

Recursos Pesqueiros e zonas de pesca, nomeadamente a maioria dos bancos e montes submarinos dispersos, evidenciaram como principal problema, a fragilidade natural do ecossistema marinho não sendo essa uma preocupação meramente conjuntural, como insistiram em lembrar.

Embora a ZEE-Açores seja extensa, apenas 8% da sua área corresponde a áreas com profundidades até aos 1.500 metros e apenas 0,7 corresponde a áreas com profundidades até aos 700 metros ( 40% das quais corresponde a áreas dos principais bancos

e montes submarinos conhecidos e explorados na Região). Esta última área representa mais de 80% dos recursos actualmente explorados.

Admite-se que entre os 700 e os 1.500 metros, existam espécies com potencial comercial sendo, de entre outros, a melga, o espada preto e o peixe relógio os mais importantes.

A abertura da ZEE a partir das 100 milhas, contraria claramente a necessidade da prática de uma pesca responsável, que respeite e preserve os aspectos biológicos ambientais e sociais e viola claramente o princípio europeu da estabilidade relativa da pesca nos mares dos Açores.

Fontes hidrotermais, zonas coralíneas, zonas costeiras, bancos e montes submarinos (profundos e de superfície) serão desrespeitados, devassados e dizimados.

Pretendem dar uma machadada no respeito pela diferença, precisamente aquela que deveria ser uma das maiores virtudes da União Europeia. O livre acesso à ZEE é tão injusto quanto inversamente proporcional ao investimento na investigação geral do oceano profundo e na recolha de informação básica para avaliação do estado potencial dos recursos pesqueiros. É cientificamente



insustentável e eticamente reprovável porque castiga “os pescadores ecológicos” e premeia os depredatórios.

As espécies marinhas que colonizam os mares açorianos levaram concerteza muitos milhares de anos a estabelecer-se e, se não se tomarem medidas enérgicas de defesa e sensibilização, quando os principais decisores políticos perceberem que, afinal, tínhamos razão, poderá vir a ser demasiado tarde!

Tanto que, ao longo da vida nos Açores, se foi preservando para agora se correr o sério risco de desaparecer num ápice.

Não é possível, não é admissível, é um verdadeiro atentado à história, à cultura e à sociedade açoriana; é um hediondo atentado à vida e à bio-diversidade dos nossos mares se aceitarmos o que à falta de argumento técnico ou científico, nos querem impor pela força.

Este é um assunto que não deve nem pode cair no esquecimento. A sua lembrança tem de ser permanente e em momento algum deve ser subestimada a sua importância.

A Semana das Pescas e a Expo-Pescas são eventos que devem não só manter-se com sofrer uma constante e permanente actualização, de modo a que continue a atrair todos os agentes



essenciais ao progresso, à modernização e à dignificação das pescas.

Disse.

Manuel Campos

Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Horta, Sala das Sessões, 11 de Maio de 2004